

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 799 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1999

CPMF é aprovada pelo Senado com ampla maioria: 64 a 12

Proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga a contribuição passa em segundo turno e agora será discutida pela Câmara dos Deputados. ACM reafirma certeza de que Congresso aprovará o ajuste fiscal do governo



Com 64 votos favoráveis e 12 contrários, foi aprovada ontem em segundo turno pelo Senado a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga por mais três anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A proposição do senador Elcio Alvares é considerada fundamental para o programa de ajuste fiscal do governo e segue hoje para a Câmara dos Deputados, que precisa votá-la em dois turnos. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse confiar que a CPMF será aprovada pelos deputados e o ajuste fiscal, pelo Congresso. "É claro que é preciso trabalhar, mas a Câmara está trabalhando bem", avaliou.

PÁGINAS 4 E 5

Durante a votação da CPMF, oito senadores ocuparam a tribuna para discutir o assunto, mas, ao final, o governo conseguiu uma vitória folgada. Antonio Carlos Magalhães (D) afirmou, após a sessão, que a proposta deverá ser aprovada pela Câmara dos Deputados, onde chega hoje



Romeu Tuma, Ney Suassuna, Pedro Piva, Sérgio Machado e Lúcio Alcântara, na reunião da CAE: convocação foi rejeitada logo na abertura da reunião

CAE decide não ouvir governadores sobre dívidas

PÁGINAS 6 E 7

Nova política nacional de educação ambiental tem parecer favorável da CE

PÁGINA 8



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

11h - Recebe Emílio Carrazzai, presidente da Caixa Econômica Federal

11h30 - Recebe Andrea Calabi, presidente do Banco do Brasil

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 19/98, que aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre os Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação do PLS nº 187/98, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei 9.096/95, revoga o artigo 57 da mesma lei; PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; PLS nº 189/98, que altera o artigo 9º da Lei nº 9.504/97, o artigo 88 da Lei nº 4.737/65, e o artigo 18 da Lei nº 9.096/95, fixando os prazos mínimos do domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições; PEC nº 38/98, que dá nova redação ao artigo 29 da Constituição, estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores; PEC nº 39/98, que dá nova redação ao artigo 14 da Constituição instituindo o voto facultativo; PEC nº 40/98, que acrescenta inciso III ao parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais; PEC nº 41/98, que altera a redação do artigo 56 da Constituição, para disciplinar a substituição do senador na hipótese de vacância; PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o Sistema Eleitoral Misto para as eleições para a Câmara dos Deputados; PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição que tratam da fidelidade partidária; e PEC nº 45/98, fixando o mandato de senador em seis anos, com renovação de um terço a cada dois anos. Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do PLC nº 51/99, que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 199 da Constituição, relativo a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue. Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício S" nº 89/98, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil a respeito da solicitação do governo do estado de Goiás acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária no valor de até R\$ 418.868.000,00, destinado ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S/A; e "Ofício S" nº 02/99, que encaminha ao Senado parecer do Banco Central do Brasil, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado entre a União e o estado do Ceará, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, no valor de até R\$ 954.224.000,00, destinado ao saneamento do Banco do Estado do Ceará S/A. Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do relatório final da Proposta Orçamentária para 1999. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (21.01.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: o tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o ex-senador João Calmon, falecido no último dia 10

Pauta: *Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios; *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e o Chile; *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *PLC 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; *Ofício nº S-89/98, que encaminha solicitação do governo de Goiás acerca de operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; *Ofício nº S/2/99, que encaminha solicitação do governo do Ceará acerca de operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e *PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos

Sexta-feira (22.01.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira (21.01.99)

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação do PLC nº 03/99, que dispõe sobre a educação em direitos humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o Ensino Fundamental e Médio. Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do relatório final da Proposta Orçamentária para 1999. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Reforma política começa a ser analisada hoje pela CCJ

Regras mais rígidas para o registro de partidos e o financiamento público de campanhas eleitorais estão entre as dez propostas em pauta

Dez propostas que têm a finalidade de reformar os sistemas político, partidário e eleitoral começarão a ser analisadas pelos senadores na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As medidas foram apresentadas como parte do relatório final da Comissão Especial da Reforma Política-Partidária e incluídas na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Os senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) – que também foi relator da comissão especial – e Francelino Pereira (PFL-MG) foram escolhidos para instruir as propostas e devem apresentar seus pareceres durante a reunião da CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O primeiro item da pauta é o projeto de lei que estabelece regras mais rígidas para o registro de partidos políticos de caráter nacional. É a chamada "cláusula de barreira", que vincula o acesso dos partidos ao Fundo Partidário e ao horário gratuito ao seu desempenho eleitoral.

Em seguida, os senadores devem apreciar o projeto que institui o financiamento público das campanhas eleitorais e estabelece critérios de distribuição dos re-



Francelino Pereira foi um dos escolhidos para instruir as 10 propostas antes da votação pela comissão



Sérgio Machado, relator da comissão especial da reforma política, vai também apresentar pareceres à CCJ

ursos pelos partidos. Para o senador pelo Ceará, só o financiamento público pode garantir transparência e igualdade de condições nas disputas eleitorais.

Entre as propostas de emenda à Constituição (PECs) que deverão ser examinadas pela CCJ, estão a que muda o cálculo do número de vereadores e a que altera o sistema de suplência dos senadores. A composição das câmaras municipais, de acordo com a primeira PEC, passaria a ser calculada em função do

número de eleitores da cidade. A novidade quanto à substituição de senadores é a limitação da ascensão do suplente apenas aos casos de licença temporária do titular.

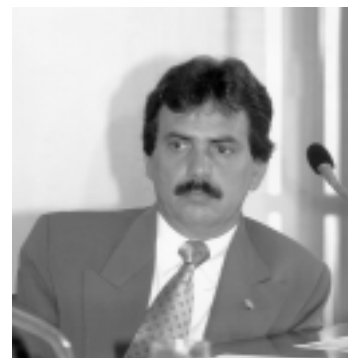
Apontado por Machado como um dos principais pontos da reforma, a fidelidade partidária também é objeto da PEC na pauta da comissão. A proposta da Comissão da Reforma Política-Partidária estabelece que, caso o parlamentar deixe o partido pelo qual foi eleito, perde o mandato.

CAS aprecia projeto que proíbe a comercialização de sangue e derivados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados regulamentando a coleta, processamento e transfusão de sangue. Conforme a proposição, fica proibido qualquer tipo de comercialização do sangue e seus derivados. A base da atividade será, de acordo com o projeto, a utilização exclusiva da doação voluntária, não remunerada, cabendo ao poder público estimulá-la.

A proposta estabelece a obrigatoriedade da assistência médica na triagem de doadores e determina a realização de testes individuais das amostras de sangue coletado, bem como a utilização de material estéril e descartável.

O projeto regulamenta parte do pará-



Ademir Andrade presidirá a reunião da comissão que vai examinar a proposta de regulamentação da coleta de sangue

grafo 4º do art. 199 da Constituição, propondo um novo ordenamento institucional para a distribuição de sangue, e sujeita

os órgãos que executam atividades hemoterápicas a autorização anual concedida pelo órgão de vigilância sanitária. Também cria, no âmbito do SUS, o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (Sinasan), formado pelos organismos operacionais de captação de doações, coleta, processamento e controle do sangue, e pelos centros de produção de hemoderivados.

O objetivo dessa nova estrutura é garantir a auto-suficiência do país no setor e harmonizar as ações do poder público em todos os níveis de governo. Assim, a Política Nacional de Sangue seria desenvolvida por meio de rede nacional de serviços de hemoterapia, públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, de forma hierárquica e integrada.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário votará projeto de remédios

Entre os sete projetos que o plenário do Senado votará amanhã está o que tem o objetivo de reduzir os gastos das pessoas com remédios. Trata-se de um projeto, já votado pelos deputados, que exige dos laboratórios farmacêuticos a colocação do nome farmacológico do medicamento na caixa e na bula, ao lado do nome comercial do produto.

Boa parte dos remédios vendidos no Brasil é fabricada por mais de um laboratório, e aqueles de nomes mais conhecidos custam até 70% mais caro que os outros, apesar do conteúdo químico ser o mesmo. De acordo com o projeto, que tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), os médicos da rede pública também terão de colocar nas receitas a denominação farmacológica do remédio, além do nome comercial.

Também amanhã o plenário pode votar o projeto que extingue gradativamente todos os manicômios do país, implantando uma nova política de atendimento a doentes mentais. A proposta, um substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), também impede que um doente mental seja abrigado em asilo, mas mantém os hospitais psiquiátricos, desde que dêem toda a assistência médica, psicológica e ocupacional aos doentes.

Estarão ainda em votação amanhã dois projetos de decreto legislativo que aprovam acordos de transferência de presos condenados, já assinados pelo governo brasileiro com a Argentina e o Chile. Se aprovados, presos chilenos e argentinos, condenados no Brasil pelo seqüestro do empresário Abílio Diniz, podem ser os primeiros beneficiários dos acordos.

CAE analisa créditos para Goiás e Ceará

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h30, para apreciar dois pareceres do Banco Central sobre a abertura de crédito em favor dos estados de Goiás, no valor de R\$ 418,8 milhões, e do Ceará, no valor de R\$ 954,2 milhões, cujos recursos serão destinados ao saneamento dos bancos daqueles estados.

O senador João Rocha (PFL-TO), relator do empréstimo para Goiás, é favorável à matéria nos termos do projeto de resolução que apresenta. Da mesma forma, o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), relator da operação em favor do estado do Ceará, também apresentou parecer favorável, de acordo com projeto de resolução que elaborou.

Os financiamentos serão concedidos no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária. A decisão final sobre as duas matérias caberá ao plenário do Senado.

Comissão discute Orçamento de 1999

Relatório final foi apresentado à Comissão Mista pelo relator-geral, senador Ramez Tebet. Parecer final ampliou a receita em R\$ 2,1 bilhões, prevendo a criação do "imposto verde"

O relatório final sobre a proposta de lei orçamentária para este ano foi apresentado ontem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) por seu relator-geral, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O parlamentar ressaltou que a desvalorização do real "deverá repercutir nos preços e em boa parcela das receitas orçamentárias", podendo gerar "excessos de arrecadação, que o Poder Executivo poderá utilizar para reforçar o Orçamento".

O senador salientou que, pelo segundo ano consecutivo, o Congresso Nacional não permite que sua imagem seja arranhada por atrasos na aprovação do Orçamento, como em anos anteriores. Lembrou que a segunda versão do Orçamento foi encaminhada ao Parlamento em 11 de novembro – há pouco mais de dois meses, portanto:

– Esta lei está sendo aprovada em tempo recorde, tendo em conta os percalços que enfrentamos desde o segundo semestre de 1998 – afirmou Tebet. A CMO reúne-se novamente hoje, às 15 horas, para mais um dia de discussão.

Para Ramez Tebet, o Orçamento a ser

votado é uma "peça de austeridade". O senador disse que a lei orçamentária "reafirma o compromisso do governo federal de alcançar os superávits primários fixados no Programa de Estabilização Fiscal e amplia o papel do Congresso Nacional no acompanhamento do cumprimento dessas metas".

"IMPOSTO VERDE"

O parecer final ampliou a receita do Orçamento em R\$ 2,1 bilhões, referentes a cinco meses de arrecadação do imposto sobre derivados de petróleo, combustíveis e lubrificantes (o chamado "imposto verde"), ainda a ser criado. Os recursos do novo imposto são destinados à área de transportes (R\$ 1 bilhão), Fundo de Estabilização Fiscal (FEF – R\$ 425 milhões), transferências para estados e municípios (R\$ 680 milhões) e reserva de contingência (R\$ 20 milhões).

Ramez Tebet afirmou que teve duas preocupações básicas: preservar a área social e melhorar a situação dos transportes. Este último setor foi beneficiado com R\$ 700 milhões. Apenas para conservação de rodovias foi aprovada uma única emenda, no valor de R\$ 49,5



O senador Ramez Tebet, relator do Orçamento, disse ter elaborado uma "peça de austeridade"

milhões. Outra emenda aprovada, apresentada pela Comissão de Saúde da Câmara, destina R\$ 71,9 milhões para reaparelhamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda na área social, Tebet aprovou emenda de R\$ 46 milhões para a participação da União no Programa de Garantia de Renda Mínima.

EMENDAS

Segundo o parecer, a relatoria movimentou R\$ 4,48 bilhões. Deste total, R\$ 864 milhões foram utilizados para atender a 7.572 emendas individuais

dos parlamentares. Do montante total remanejado, R\$ 370 milhões vieram de cortes no custeio e R\$ 824 milhões de cortes nos investimentos.

Mais R\$ 1,34 bilhão veio de cancelamentos de dotações orçamentárias para cumprimento de sentenças judiciais (precatórios) não transitadas em julgado (ou seja, que não têm decisão final da Justiça). As despesas com pessoal e encargos foram reduzidas em R\$ 1,2 bilhão em relação à proposta do governo.



Sabatinados pela CRE, os diplomatas falaram das relações do Brasil com os países para os quais foram indicados embaixadores

CRE aprova indicações de dois novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou por unanimidade ontem as indicações dos ministros de primeira classe Ruy Nunes Pinto Nogueira e Henrique Rodrigues Valle Júnior para os cargos de embaixador na Venezuela e no Canadá, respectivamente.

O embaixador Ruy Nunes explicou que as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela eram formais e até mesmo indiferentes, mas nos últimos seis anos avançaram efetivamente com a criação de uma comissão bilateral que cobre um amplo leque de interesses comuns em todas as áreas. Hoje, o intercâmbio comercial movimentou US\$ 1,8 bilhão, sendo que o Brasil compra 150 mil barris/dia de petróleo venezuelano.

Ruy Nunes lembrou que os incidentes com garimpeiros brasileiros na fronteira já estão superados depois que o Congresso Nacional tornou ilegal o garimpo na área de fronteira e a Funai,

em conjunto com a Polícia Federal, destruiu as pistas de pouso localizadas em reservas indígenas.

O embaixador Henrique Rodrigues traçou um perfil da organização da sociedade canadense e disse que o único ponto de atrito entre os dois países ainda é o litígio entre as empresas Embraer e a Bombardier numa licitação norte-americana para a venda de aviões de treinamento militar. Segundo o embaixador, o litígio está isolado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e não afeta as relações comerciais entre os dois países.

Henrique Rodrigues pretende dar continuidade ao trabalho que tem sido feito pelo atual embaixador do Brasil no Canadá e incrementar as exportações brasileiras para aquele país, porque a balança comercial hoje é desfavorável ao Brasil. Henrique Rodrigues acredita que a venda de aço para o Canadá pode aumentar.

Suplicy pede a ministro dados sobre renda mínima

Lembrando que apenas 700 mil crianças brasileiras se beneficiam de programas de renda mínima associados a projetos educacionais, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reclamou do fato de o governo até agora não ter realizado os convênios previstos na Lei 9.533/97, que permite à União apoiar financeiramente os municípios que aderirem a essa iniciativa.

Afirmando que o ministro da Educação, Paulo Renato, é o responsável pela implementação dessa lei, o senador apresentou requerimento para que ele explique as intenções do governo. Em primeiro lugar, o senador quer que o ministro nomeie os convênios realizados em 1998 e 1999, pelo Ministério da Educação, com os municípios brasileiros que preenchem as condições estabele-

cidas na Lei 9.533.

Considerando o número de municípios em condições de realizar esses convênios, Suplicy quer saber qual a arrecadação *per capita* de cada um, o valor total do programa e ainda o número de famílias beneficiadas. Ele pede que o ministro liste os municípios que entraram em contato com o MEC visando receber apoio financeiro da União. E indaga sobre o montante dos recursos que o governo federal pretende destinar à aplicação da lei.

Em razão dos cortes previstos para o Orçamento de 1999, o senador quer saber também como esse programa será afetado e questiona sobre "o melhor desenho do benefício no sentido de se evitarem as denominadas armadilhas de pobreza e desemprego".



Eduardo Suplicy quer saber quantos municípios foram beneficiados pelo programa

Aumento da CPMF é aprovado pelo Senado

Proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, apontada como uma das medidas mais importantes para o ajuste fiscal, obteve apoio de maior número de senadores no segundo turno de votação

Considerada uma das medidas mais importantes para o ajuste fiscal programado pelo governo, a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga por mais três anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi aprovada pelo plenário do Senado, em segundo e último turno, ontem à tarde.

A matéria recebeu 64 votos favoráveis e 12 contrários e será enviada hoje para a Câmara dos Deputados, onde também deve ser votada em dois turnos. Na votação em primeiro turno no Senado, realizada no dia seis, a proposta de emenda constitucional recebeu 61 votos favoráveis e 12 contrários. Líderes partidários acreditam que, se aprovada pelos deputados, a emenda entrará em vigor na segunda quinzena de maio, 90 dias depois de promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

De autoria do senador Elcio Alves (PFL-ES), a proposta aumenta de 0,20% para 0,38% a alíquota da CPMF durante os 12 primeiros meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes, a alíquota cairá para 0,30%. Os recursos serão destinados à Saúde e à Previdência Social. O relator do projeto foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que não concordou com qualquer emenda para mudar o texto original.

Durante a votação de ontem, oito senadores ocuparam a tribuna para discutir a proposta. Parlamentares da oposição criticaram o governo federal por propor aumento e prorrogação da CPMF, ao invés de colocar em votação um projeto de reforma tributária.

– Dentro de uma reforma tributária, a CPMF teria minha simpatia. Mas uma reforma tributária que fizesse com que aqueles que não pagam impostos neste país, por terem riqueza e poder, passassem a fazê-lo – afirmou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

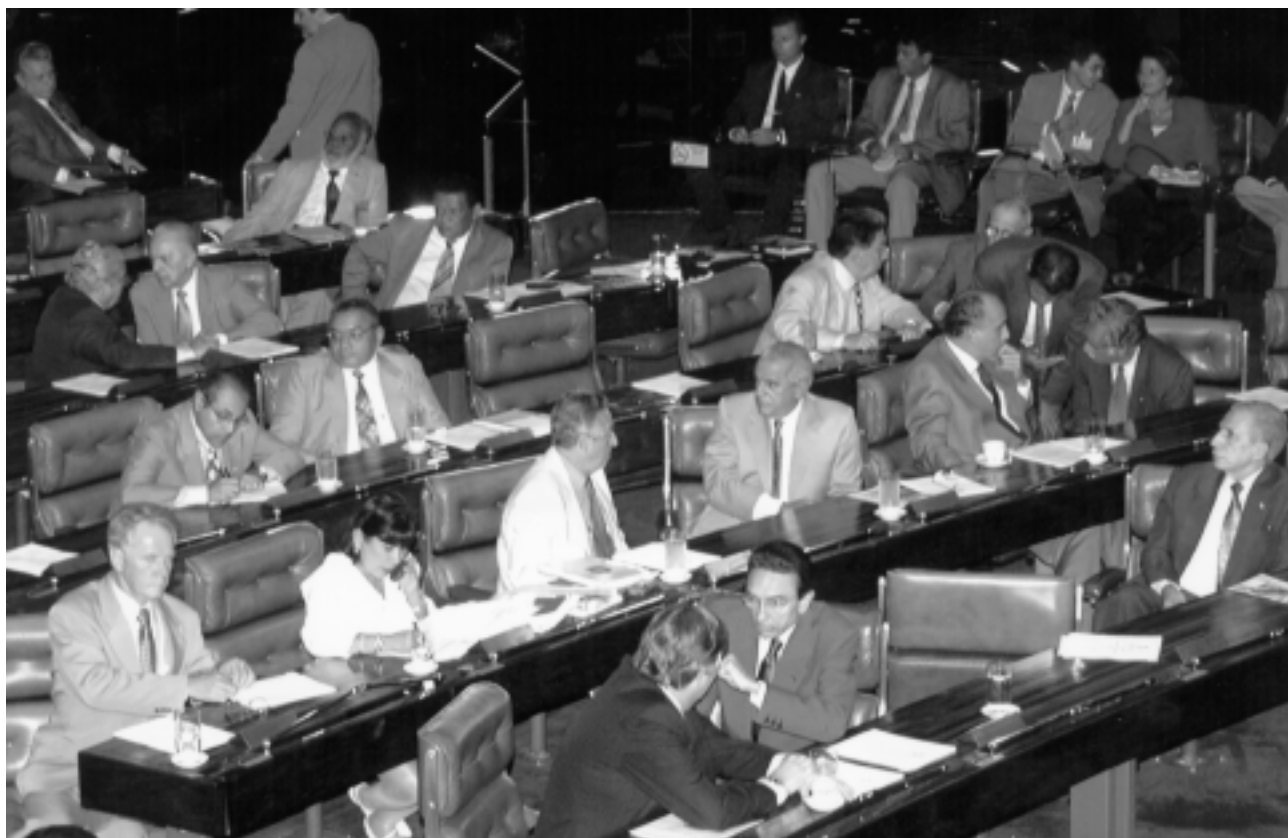
Em nome dos partidos que apóiam o governo, o senador Fernando Bezerra

(PMDB-RN) reafirmou sua posição contrária à CPMF, por ser um imposto que incide em cascata, onerando todas as fases de produção, mas recomendou voto favorável por entender que a rejeição da proposta provocaria uma crise de difícil controle neste momento.

– O Brasil precisa não apenas de um projeto de defesa de sua moeda, mas de crescimento, o que passa pela reforma tributária, pela reforma da legislação trabalhista, por um projeto de política industrial e de redução das desigualdades, gerando renda e emprego – disse Fernando Bezerra.

O relator, Romeu Tuma, observou em seu parecer que, apesar do efeito cascata do imposto, a CPMF tem a vantagem de ser universal e genérica, atingindo até mesmo setores informais da economia, que não costumam pagar impostos. Informou ainda que cerca de 20 milhões de brasileiros pagam o “imposto do cheque”, sendo que mais de 16 milhões contribuem com menos de R\$ 150,00 por ano.

A vigência da atual CPMF vai até a próxima sexta-feira. Por exigência constitucional, uma contribuição só pode entrar em vigor 90 dias depois de aprovada. Assim, dependendo da tramitação na Câmara, haverá um período de quase quatro meses sem cobrança da CPMF e, para compensar a perda de arrecadação, a mesma proposta aprovada ontem autoriza o governo a vender títulos no mercado no mesmo valor da contribuição não arrecadada.



Com o plenário cheio, 64 senadores votaram a favor e 12 contra a prorrogação da CPMF

Senadores salientam urgência da reforma tributária para fortalecer economia

O país precisa de uma ampla reforma tributária. Essa foi a tônica dos pronunciamentos durante os debates que precederam a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional prorrogando a CPMF e aumentando suas alíquotas. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu que a reforma tributária é prioridade do Congresso na próxima legislatura.

Os senadores contrários à prorrogação da CPMF argumentaram que a medida não trará soluções definitivas para o problema do desequilíbrio das contas públicas. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que os problemas financeiros do país não serão resolvidos “com simples ajustes fiscais, mas cobrando daqueles que não contribuem”.

– O governo propõe a CPMF mas não se preocupa com a reforma tributária. Está sempre propondo medidas paliativas. Foi assim com o Fundo de Estabilização Fiscal, com a Lei Kandir e, agora, com a prorrogação da CPMF – criticou.

Preocupado com o papel do Congresso Nacional diante da crise financeira, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu que seja aberta uma ampla discussão sobre os rumos da economia. “Só vejo ser exigido um comportamento de obediência do Congresso. Mas este é o

momento de se fazer um pacto entre o governo e os partidos, com seriedade e aprofundamento, em busca de alternativas para o país”, observou.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) repetiu seu voto do primeiro turno, favorável à proposta, mas ressaltou que a conjuntura é diferente. “No primeiro turno, tínhamos a expectativa de que o ajuste era o instrumento para enfrentar uma crise que estava por vir; hoje estamos votando com a crise instalada”, justificou, defendendo a mudança no sistema tributário.

Necessidade de soluções definitivas para equilibrar as contas públicas dominou a discussão sobre a CPMF

– Numa reforma profunda, a CPMF pode ser um dos instrumentos da nova sistemática, e aí poderemos ter na oposição até mesmo uma posição mais aberta sobre o assunto – avaliou.

Para o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a oposição vem cumprindo o seu papel, “desmascarando a atual política econômica que está levando o país para um beco sem saída”. Valadares disse que “se o governo quisesse verdadeiramente atacar o problema das contas públicas, deveria ter investido na tramitação de uma proposta de reforma tributária”.

Mesmo reconhecendo os problemas que a prorrogação da CPMF pode trazer, o senador Fernando Bezerra votou a favor da proposta. “O ajuste é mais do que nunca necessário”, justificou. O senador também se juntou aos que pedem uma refor-

ma tributária.

– Queria reforçar a idéia de que a sociedade deve se unir para construir um novo futuro que não se baseie apenas na defesa da moeda, mas principalmente no desenvolvimento econômico – defendeu.

Contrária à prorrogação, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) criticou dispositivo que permite ao governo emitir títulos da dívida pública para compensar os recursos não arrecadados durante os 90 dias entre a publicação da emenda e sua entrada em vigência. “Com toda a dificuldade que o país atravessa, ainda permitimos que o governo se endivide mais”, argumentou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também pediu urgência na reforma tributária. Ele espera que o novo modelo de arrecadação seja baseado na equidade social.

O senador Lauro Campos (PT-DF) pediu esclarecimentos à Mesa sobre a possibilidade de participar da votação da CPMF, mesmo estando no gozo de licença médica. O presidente Antonio Carlos Magalhães informou que o Regimento permite ao senador interromper a licença sempre que considerar apropriado. Lauro Campos explicou que o fazia atendendo a sua consciência.

– Não posso deixar de votar contra a proposta de um governo que retira recursos da Saúde e dá ao grande capital externo. O governo torra reservas para alimentar o capital insaciável – atacou.

As novas regras

A proposta aprovada pelo Senado aumenta de **0,20%** para **0,38%** a alíquota da CPMF durante os 12 primeiros meses de sua nova vigência.

Nos 24 meses seguintes, a alíquota cairá para **0,30%**.

Os recursos serão destinados à Saúde e à Previdência Social.



Antonio Carlos recebeu o presidente interino do BC, Francisco Lopes, que será sabatinado pela CAE no dia 26

ACM acredita que proposta também passará na Câmara

Antonio Carlos afirma que, concluída a tramitação da emenda da CPME, a reforma tributária será o maior desafio do Congresso

Logo após a aprovação em segundo turno das alterações na CPME, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, demonstrou confiança na aprovação da proposta pela Câmara.

– A CPME vai ser aprovada, sim. É claro que é preciso trabalhar, mas a Câmara está trabalhando bem – disse.

O senador reafirmou sua avaliação de que o ajuste fiscal será aprovado pelo Congresso.

– A situação do país mostra que os parlamentares não podem faltar nessa hora, e não vamos faltar – enfatizou.

Antonio Carlos confirmou informação dada ao plenário de que o exame da reforma tributária começa pelo Senado.

– Já temos esse projeto aqui e vamos tocar nas comissões, chamando os segmentos da sociedade para discutir. É um

trabalho difícil, mas tentaremos votar uma reforma tributária que agrade a todos os setores, sobretudo a União, os estados e municípios – afirmou.

PRESIDENTE DO BC

Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o presidente interino do Banco Central (BC), Francisco Lopes. A indicação de Lopes, feita pelo Executivo, será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em sabatina marcada para o próximo dia 26, e em seguida ao plenário do Senado, ao qual cabe a decisão final sobre o assunto.

Na condição de líder do governo no Senado, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) participou do encontro. Segundo explicou Francisco Lopes à saída da reunião, foi uma “visita de cortesia”. A respeito da situação econômica nacional, o

presidente interino do BC disse acreditar que a nova elevação da taxa de juros, determinada na última segunda-feira pelo governo, ajudará a conter os aumentos de preços. Seus efeitos negativos sobre o déficit público, por outro lado, “serão transitórios”, acrescentou.

PEDIDO AO BNDES

O presidente do Senado também recebeu na manhã de ontem o novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, que vinha respondendo pela direção da instituição como presidente interino.

Pio Borges disse que o senador Antonio Carlos Magalhães lhe fez apenas um pedido: “Dar toda a atenção possível aos projetos de desenvolvimento da região Nordeste”.



Ao presidente do BNDES, Pio Borges, ACM pediu “toda atenção possível” para o desenvolvimento do Nordeste

Joel de Holanda faz sua despedida do Senado

Em discurso de despedida do Senado, o senador Joel de Holanda (PFL-PE) reafirmou ontem sua admiração por Marco Maciel, a quem sucedeu, como suplente, ressaltando que procurou sempre seguir seus ensinamentos e seu exemplo.

Hollanda lembrou a disposição que trouxe para o Senado de defender os interesses de Pernambuco e contribuir para o encaminhamento das graves questões nacionais, e fez um inventário de sua atuação na Casa, destacando sua preocupação com a educação, que, segundo ele, “mais do que prioridade governamental, precisa transformar-se em obsessão nacional”.

O senador disse ter vivido “um longo e denso aprendizado” no Senado, de onde sai com a convicção de que “fora da política, do diálogo franco e respeitoso, não há sociedade que se desenvolva”.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que Joel de Holanda honrou o Senado Federal e o país com a sua atuação. “VExa. vai fazer falta, mas temos a certeza que terá uma grande atuação na Câmara dos Deputados”, afirmou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que Joel de Holanda em momento nenhum desmereceu seu estado e seu antecessor. O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) destacou a fidalguia e a cordialidade do senador que se despede.

Falando também em nome do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o senador Djalma Bessa (PFL-BA) disse que substituir Marco Maciel não é uma missão fácil nem tranquila, “mas VExa. pode festejar porque não desmereceu”. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou admiração



Hollanda diz levar do Senado a convicção de que, “fora da política”, não há avanço social

ração pela palavra séria no cumprimento de acordos, pelos pareceres técnicos e pelas lições de ética deixadas por Holanda.

Bello Parga (PFL-MA) afirmou que estava sofrendo uma perda pessoal, pois havia aprendido a admirar Joel de Holanda como parlamentar assíduo e corresponsário político, de quem “sempre colhi orientações sábias”. Francelino Pereira (PFL-MG) destacou o trabalho, a inteligência, a cultura e o talento de Joel de Holanda. Artur da Távola (PSDB-RJ) lembrou o rigor e a qualidade do trabalho desenvolvido por Holanda como vice-presidente e presidente da Comissão de Educação.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que Holanda foi um defensor das questões nordestinas, apresentando soluções relevantes e criativas, nos quatro anos de mandato que cumpriu. Hugo Napoleão (PFL-PI) destacou a excelência do trabalho de Holanda, pelo zelo e pela dedicação com que atuou.

Ademir lamenta morte de jornalista paraense

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou ontem, em seu nome e no do povo do Pará, a morte do jornalista João Batista Figueiras Marques, ocorrida na segunda-feira. Ademir disse que João Batista era “um grande líder político” em seu estado e que foi um vereador e um deputado federal muito combativo.

Ele lembrou ainda que o jornalista foi diretor-superintendente do Departamento Estadual de Trânsito e candidato a deputado federal nas últimas eleições, mas não conseguiu eleger-se. “João Batista era uma pessoa até difícil pela firmeza nas suas opiniões”, afirmou Ademir.



Segundo Ademir, além de jornalista, João Batista foi “um grande líder político”



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998 (Autor: Senador Elcio Alvares e outros). Prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPME).

Resultado: Aprovada em segundo turno. Enviada à Câmara dos Deputados. Votaram: Sim: 64; Não: 12; Abst: 00. Total: 76

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Jefferson e Suplicy (ao lado de João Rocha) lamentaram a decisão da CAE contrária ao pedido para ouvir governadores

CAE rejeita requerimento para ouvir governadores

Votada no início da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, proposta provocou polêmica entre os senadores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem o requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PSDB-AM) para que todos os governadores fossem convidados a esclarecer a situação de seus estados, o ajuste fiscal e os motivos da declaração de moratória, no caso de Minas Gerais.

Logo no início da reunião, o presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), colocou o requerimento em votação. A matéria foi rejeitada com os votos contrários de Jefferson Péres e José Eduardo Dutra (PT-SE). Os demais senadores que apoiavam o requerimento ainda não haviam chegado à comissão.

Em protesto contra a decisão, Dutra anunciou que pediria vista de toda a pauta de sete itens que deveria ser votada na reunião, incluindo a programação monetária do governo para o primeiro trimestre deste ano e a solicitação de créditos externos e internos para estados. Jefferson Péres acompanhou Dutra na decisão de pedir vista de toda a pauta.

Em seguida, chegou Eduardo Suplicy com uma proposta para a comissão receber, pelo menos, os três governadores que integram a comissão de negociação com o governo federal, Anthony Garotinho (RJ), Olívio Dutra (RS) e Ronaldo Lessa (AL), representantes dos sete governadores da oposição, escolhidos no encontro realizado em Belo Horizonte na segunda-feira. O Senado, segundo Suplicy, deveria recebê-los e funcionar como um fórum de entendimento. Mas o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), alegou que tal decisão só poderia ser tomada a partir de uma conversa com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Em nome da li-

derança do PFL, o senador Edison Lobão (MA) também foi contra, dizendo que só poderia tomar uma decisão após reunir-se com seu partido.

Suplicy tentou ainda um segundo requerimento, solicitando a convocação dos governadores de oposição à comissão. Mas o presidente da CAE entendeu que o pedido já estava prejudicado devido à primeira votação.

Houve protesto por parte de alguns senadores. Para Requião, a comissão não poderia se recusar a ouvir os governadores. "Ao recusar audiência com o governador Itamar Franco, o Senado abre mão das razões de sua existência", afirmou, acrescentando que o presidente da Casa a apresenta em juízo e em cerimônias ofici-

ais, mas não pode falar pelo Senado. "Quem fala pelo Senado é o plenário, na forma do Regimento", argumentou.

Para Arlindo Porto (PTB-MG), o confronto entre governadores de oposição e o governo federal é "maléfico" para o país. Ele considerou "salutar" a decisão dos governadores de constituir uma comissão para dialogar com o governo, e completou: "A situação é grave e nossa omissão pode ser perigosa".

José Eduardo Dutra disse que não abria mão do pedido de vista de toda a pauta da CAE devido à falta de entendimento sobre o convite aos governadores. "Com essa decisão, o Senado deixa de ser um agente político e passa a ser um cartório dos acordos entre União e estados", criticou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis.
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Reabilitação de amputados - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Body Pump
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, João Pessoa
9h30 - *Entrevista* - Economista da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Eduardo de Freitas, fala sobre a crise econômica e a desvalorização do Real
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Comissão de Constituição e Justiça* - Em discussão: Proposta de Emenda Constitucional que trata da fidelidade partidária
12h - *Cores do Brasil* - Bahia
12h30 - *Entrevista* - Carlos Eduardo de Freitas
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Diamantina
13h30 - *Agenda Econômica* - O economista Dércio Munhoz fala sobre a liberação do câmbio e defesa de uma redução dos juros no Brasil
14h30 - *Sessão Plenária* (ao vivo) - Em destaque: Apreciação do projeto que trata das solicitações, de caráter internacional, que tenham por finalidade a restituição de bens culturais furtados ou

exportados ilicitamente

18h30 - *Cores do Brasil* - João Pessoa
19h - *Palestra* - Associação dos Docentes da Escola Superior de Guerra - 3º programa
20h30 - *Entrevista* - Carlos Eduardo de Freitas
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Agenda Econômica* - Dércio Munhoz
22h - *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
10h - *Comissão de Constituição e Justiça* (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - *Sessão plenária do Senado* (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - *Sessão plenária do Senado* (reprise)
Em seguida - Música e informação

Pedido de vista leva ao encerramento da reunião

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que cabe aos governadores a iniciativa de procurar o Senado para propor que os termos acordados para pagamento das dívidas sejam rediscutidos, "mas nunca o contrário". Para Arruda, a proposta do requerimento configura uma "inversão da situação". Ele lembrou que, antes de serem avaliados pelo Senado, os acordos das dívidas dos estados com a União foram aprovados pelas assembleias legislativas.

— Houve um acordo aprovado pelo Senado. Se uma das partes entender que o documento deve ser discutido, que as partes dialoguem e remetam o novo entendimento a esta Casa — afirmou.

Arlindo Porto argumentou que o Senado precisa conhecer a realidade dos estados, pois as informações divulgadas sobre o acordo da renegociação das dívidas estaduais "não estão condizendo com o que foi acertado".

— Não estamos sabendo como vive a nação — advertiu Porto.

Por sua vez, Jefferson Péres disse que os senadores não devem temer um debate com Itamar Franco nem com a comissão representativa dos governadores, advertindo o Senado para que "não se apequene" diante dessa situação. Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou então o encerramento da reunião, já que havia o pedido de vista das matérias da pauta. Pedro Piva colocou em votação o pedido de Suassuna e encerrou os trabalhos da comissão.

Zeca do PT quer recuperar estado com apoio de ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos, mais conhecido como Zeca do PT. O governador está em Brasília para manter contatos no Congresso Nacional e também com o presidente da República, visando obter apoio para reequilibrar as finanças públicas de seu estado.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS) participaram da audiência de Antonio Carlos ao governador e consideraram o encontro "muito proveitoso". Da mesma forma, o presi-



Presidente do Senado considerou "excelente" o encontro com o governador de Mato Grosso do Sul

dente do Senado considerou a reunião com Zeca do PT "excelente", destacando a preocupação do novo governador de buscar soluções para o reequilíbrio das finanças públicas do estado por meio "do diálogo e da conciliação".

O governador de Mato Grosso do Sul descreveu como "dramática" a situação de seu estado, defendendo um amplo diálogo entre a União, os

estados e os municípios, juntamente com o Congresso, para gerar um novo pacto federativo. Ele acredita que "só o entendimento tira o país da crise". Zeca do PT considerou positiva a reunião dos governadores de oposição, realizada segunda-feira em Belo Horizonte, destacando a preocupação de todos "em abrir um canal de diálogo e entendimento com o governo federal".



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DR0 ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Ernandes Amorim se disse "constrangido" com a decisão da CAE de não ouvir os governadores

Amorim propõe discussão sobre dívidas estaduais

Referindo-se à rejeição pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do requerimento que permitiria a vinda dos governadores para expor a crise dos seus estados, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) discordou dessa decisão e argumentou que o Senado é o fórum competente para ouvi-los, visto que autorizou o endividamento.

– Eles querem discutir o pagamento contratado conforme nossa autorização. Querem discutir essas coisas no âmbito do Senado, mas há quem entenda que o Senado não é o local próprio. Entendo o contrário. Entendo que o Senado é o local para esta discussão – argumentou o parlamentar.

Ernandes Amorim lembrou que o Senado é a Casa que tem competência para autorizar as operações de crédito dos estados e fixar as condições e limites desse endividamento. “Na verdade, basta ver os contratos. Eles estabelecem que composições ou adiamento dos pagamentos apenas podem ser promovidos se forem autorizados por lei federal”, explicou o senador.

E prosseguiu dizendo que, nesse

caso, se depende de lei, depende da aprovação dos senadores. “Por que então não podemos discutir o assunto com os interessados? Acredito que esta Casa deve promover a discussão desses contratos com os governadores, para verificar que lei pode autorizar o adiamento ou composição dos pagamentos”, pregou.

Ele também lembrou que, por tratar-se de autorização de crédito, isso só pode ser feito por resolução do Senado e não por medida provisória. E questionou: “Então, por que os governadores não podem vir aqui discutir o assunto? Afinal, estamos aqui para discutir as leis, como estamos discutindo a prorrogação da CPME, para mais uma vez atender a equipe econômica do governo”.

Depois de perguntar até quando o povo vai continuar a ser prejudicado, pagando pelo lucro do sistema financeiro, o parlamentar questionou: “Por que o mercado também não divide os custos da estabilidade econômica? Por que só o povo?”. Ele se disse constrangido com a rejeição do requerimento que traria os governadores à CAE.

Munhoz condena em entrevista regras impostas pelo FMI

O Fundo Monetário Internacional impõe regras tão inaceitáveis ao Brasil quanto as que o Banco Central impôs aos estados. Essa é a opinião do economista Dércio Munhoz, entrevistado do programa *Agenda Econômica* que vai ao ar hoje na TV Senado. Segundo ele, a política contraditória ditada pelo FMI levou vários países da Ásia a uma situação caótica.

O economista defendeu uma inversão da forma como as questões estão sendo encaminhadas hoje no Brasil,

com o FMI impondo diretrizes ao governo e este, por sua vez, pressionando o Congresso Nacional. Na opinião do professor, as soluções para os problemas econômicos do país devem ser discutidas politicamente, dentro do Legislativo.

O programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar às 5h, 13h30 e 21h15, teve a participação dos jornalistas Helival Rios, da TV Senado, e Ribamar Oliveira, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Economista defende na TV ajuste fiscal

O caminho para a superação da atual crise do real passa invariavelmente pelo ajuste das contas públicas. Foi o que defendeu, em entrevista à TV Senado, o economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor da área externa do Banco Central.

Segundo ele, o governo precisa gastar menos e arrecadar mais, implantando as medidas de ajuste fiscal. De outro

modo, o país não poderá honrar os compromissos externos assumidos..

Para o economista, no cenário atual, a inflação só voltará se o governo não conseguir reverter o déficit público. Na opinião dele, a desvalorização cambial pode ajudar a diminuir o quadro recessivo da economia. A entrevista vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Emília conclama Congresso a debater pacto federativo

Senadora diz que governadores, empresários e trabalhadores podem ajudar o governo a recolocar o país no rumo do crescimento econômico

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) conclamou o Congresso Nacional a fazer valer suas prerrogativas e confrontar as propostas do governo que se mostraram ineficazes.

– Os governadores já se apresentaram, dando sua contribuição cívica ao debate. Cabe a nós, congressistas, aprofundar a discussão para obter uma verdadeira reforma tributária que fortaleça o pacto federativo, possibilite a redução das taxas de juros e a geração de empregos – afirmou a senadora.

Para Emília, diante da união de forças da sociedade, “ao governo caberia escolher entre o debate e a busca democrática de soluções, ouvindo os governadores, o Congresso Nacional, os empresários e trabalhadores, ou o enfrentamento nas ruas, alternativa a que a sociedade brasileira tem sabido recorrer, com ordem, sabedoria e eficácia comprovadas”, alertou.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou-se “indignado e perplexo” diante da postura dos senadores governistas de rejeitar, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o requerimento para ouvir os governadores



Emília: “Ao governo cabe escolher entre o debate ou o enfrentamento nas ruas”

sobre suas dívidas com o governo federal. “A pretexto de ajudar o governo em seu litígio com os estados, eles não podem reduzir o papel do Senado a um mero cartório de registro desses acordos de renegociação.”

Também em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), um dos autores do requerimento, confessou-se “desolado” diante do resultado da votação na CAE. “O Senado se omite e se demite de sua função primordial de defender a Federação.” Para o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), a Casa precisa ouvir os governadores porque tem parcela de culpa por ter apro-

vado essa rolagem de dívidas. “O Senado está de joelhos diante do governo”, lamentou.

Ao finalizar seu pronunciamento, Emília afirmou que essa atitude dos senadores governistas fragiliza o Senado, uma vez que até o presidente Fernando Henrique Cardoso já se dispôs a ouvir os governadores.

– Espero que o governo federal tenha a sensibilidade de falar com todos, senão ficará isolado. O exemplo de Belo Horizonte mostrou um povo unido em torno de seu governador, renunciando que algo de importante está para acontecer – destacou a senadora.

Cafeteira critica “caprichos” do governo

O senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) criticou ontem os “caprichos” do governo que causam prejuízo ao povo brasileiro. “Primeiro, foi a teimosia em manter o real supervalorizado. O Banco Central jogou bilhões no capricho de negar a irrealidade do real. Agora, em novo capricho, pretende tirar do funcionário público e do aposentado o que eles não podem dar”, afirmou.

Cafeteira citou as garantias constitucionais que impedem o governo de criar a contribuição para inativos e aumentar a alíquota dos atuais servidores públicos. “Há a garantia de irredutibilidade dos vencimentos, há a exigência da preservação do valor real dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Mas o esporte do governo é passar por cima ou emendar a Constituição.”

Para Cafeteira, a Constituição precisa ser um valor permanente.



Para Cafeteira, Congresso deve dizer “não” à contribuição dos aposentados e servidores da ativa

“Nos Estados Unidos, sua Carta de 200 anos de idade somente admitiu dez emendas. Nossa Constituição de 1988 permaneceu íntegra até 1992, mas, depois, foi emendada 26 vezes. Será novamente modificada para ‘acomodar’ exigências do Fundo Monetário Internacional para aumento da arrecadação do governo”, disse, explicando que os servidores devem pedir guarida ao Supremo Tribunal Federal.

O senador pelo Maranhão aler-

tou que o poder do governo funciona como uma droga.

– Quem não tiver estrutura, se perde como um drogado. Ao esquecer a humildade, acaba perdendo o norte. Hoje, o governo FHC tudo quer e tudo pode. Gostaria de ver o Congresso dizer, uma vez pelo menos, que “não, quem manda é o povo”, mas nesses 26 anos de atividade parlamentar já me acostumei a ver as coisas passarem pelo Congresso – concluiu Cafeteira.

CE aprova projeto sobre educação ambiental

Proveniente da Câmara, a proposta – que define as tarefas a serem exercidas por organizações governamentais e não-governamentais – será agora examinada pelo plenário. Texto não foi alterado para evitar retorno à Casa de origem

A Comissão de Educação (CE) aprovou na manhã de ontem parecer do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) favorável a projeto de lei da Câmara que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A matéria será ainda submetida ao plenário.

O projeto, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), define a educação ambiental, os seus princípios e finalidades e as tarefas que cabem às organizações governamentais e não-governamentais (ONGs). A execução da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, a ser tratado na regulamentação da lei.

– No âmbito da educação escolar, a educação ambiental será desenvolvida como prática educativa integrada em todos os seus níveis e modalidades, sem constituir um componente curricular, a não ser em determinados cursos voltados para assuntos específicos da área – ex-

plicou Joel de Hollanda.

Ao justificar seu voto favorável ao projeto, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou o esforço e a dedicação que o deputado Fábio Feldmann vem dispensando ao meio ambiente. Ele sugeriu que fosse prevista no projeto a participação de empresários em cursos de educação ambiental. A proposta não foi aceita pelo relator sob a alegação de que qualquer mudança no conteúdo do texto original obrigaria o retorno do projeto à Câmara.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) elogiou a iniciativa, por expor de forma clara e detalhada o compromisso do Brasil com o meio ambiente. Ela ressaltou a relevância do projeto, principalmente porque hoje o meio ambiente começa a responder às agressões. Já o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) afirmou que o projeto dá oportunidade à criação de uma cultura ecológica e ambiental no país.

Calmon terá discursos publicados

A Comissão de Educação vai sugerir à Mesa do Senado a edição de um livro contendo os discursos e as proposições legislativas sobre educação de autoria do ex-senador João Calmon, falecido no último dia 11. O presidente da comissão, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), designou os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Emília Fernandes (PDT-RS) e Nabor Júnior (PMDB-AC) para selecionar o material que será editado.

Távola também propôs que, se for aprovada a idéia, no dia do lançamento seja inaugurada a fotografia de João Calmon na Comissão de Educação. Camata adiantou que vai procurar a família do ex-senador a fim de colher outras sugestões para ampliar a homenagem.

A idéia de resgatar os pronunciamentos de Calmon sobre educação, como forma de preservar sua memória, foi da senadora Emília Fernandes. Ela também registrou a homenagem que o Senado prestará a Calmon, dedicando a hora do expediente da próxima quinta-feira a discursos sobre o ex-senador.

João Calmon faleceu aos 82 anos, vítima de uma parada cardíaca em consequência de embolia



Missa em memória de João Calmon (foto menor) reuniu Bernardo Cabral, Elcio Alves, ACM e Marco Maciel

pulmonar. Parlamentar por 32 anos, o ex-senador destacou-se pela luta por mais recursos para a educação no país. Foi dele a emenda que estabeleceu a aplicação de um percentual da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, princípio consagrado na Constituição de 1988 e que ficou conhecido como “Emenda Calmon”.

MISSA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o vice-presidente Marco Maciel, diversos parlamentares, autoridades, familiares e antigos colaboradores compareceram ontem à noite a uma missa em memória do senador João Calmon, realizada na Catedral de Brasília. Amanhã, na sessão do Senado, a Hora do Expediente será dedicada a homenagear Calmon.



O projeto aprovado pela Comissão de Educação (foto) define princípios e finalidades da educação ambiental

Josaphat Marinho se despede hoje do Senado

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) despede-se hoje do Senado, com um discurso em que deverá tecer considerações sobre a história recente do país, a qual ele testemunha há 52 anos, no exercício de dois mandatos de deputado estadual, dois mandatos de senador e um valioso trabalho de advogado no período de redemocratização do país.

Em seu discurso, que deverá suscitar apartes em plenário, Josaphat Marinho sintetizará as idéias que há anos vem sustentando, centradas sobretudo na defesa da Constituição e na reivindicação por justiça social. Ele deverá listar alguns dos mais respeitados homens públicos que conheceu em sua passagem pelo Legislativo.

Aos 83 anos, Josaphat Marinho deixa o Senado cheio de disposição para o trabalho, devendo radicar-se em Brasília e dedicar-se à advocacia. Quando o Brasil reingressava na democracia, foi ele o advogado que sustentou e ganhou no Tribunal Superior Eleitoral a tese segundo a qual o PP podia fundir-se com o PMDB. Foi também vitorioso no TSE com a tese de que, no Colégio Eleitoral, não prevalecia a exigência da fidelidade partidária, o que permitiu a eleição de Tancredo Neves.

Nesse discurso, só indiretamente

Josaphat Marinho deverá falar da crise econômica vivida no momento pelo Brasil, exprimindo seu entendimento de que foi gravemente atingido o pacto federativo.

Josaphat deve agradecer aos funcionários com quem contou no Senado e aos colegas com quem dividiu nos últimos oito

anos os trabalhos legislativos.

Mencionará também um dos mais significativos projetos aprovados na Casa, do qual ele foi relator – o do Código Civil. Ainda aguardando deliberação da Câmara, o projeto tem mais de 2 mil artigos.



Josaphat Marinho pretende dedicar-se à advocacia em seu escritório em Brasília